

NOÇÕES DE ECONOMIA

CAPÍTULO 5

5.1- Definição

É o estudo de como as sociedades usam recursos escassos para produzir bens úteis e distribuí-los entre consumidores e regiões diferentes. Economia é a ciência que estuda a aplicação de recursos financeiros na geração de bens, serviços e na organização do trabalho. É um método de análise que, envolvendo capital e trabalho, permite avaliar e concluir objetivos. O estudo da economia é basicamente subdividido em dois grandes grupos:

- 1) *Macroeconomia*, onde são estudados o comportamento e a influência da aplicação de recursos e da geração de empregos, em massas de pessoas (grupo, município, estado, região, país), bem como de investimentos de porte em despesas com consumo, de investimentos privados (bancos), de gastos de governos (educação, segurança, saúde, transporte, política, etc.), e também da inflação, da poupança, dos mercados de trabalho, de capital e de abastecimentos. É o estudo do comportamento de uma região potencialmente econômica.
- 2) *Microeconomia*, também chamado de Teoria de Preços, onde são estudados os fluxos de bens e serviços individuais de empresas e famílias, de suas composições e formações. É o estudo do dia a dia das aplicações individuais de recursos como salários, receitas, contas a pagar, a receber, etc.

A Economia como um todo consiste em se obter a satisfação das necessidades humanas com os recursos disponíveis. Os recursos, financeiros e materiais são escassos, não são livres e estão concentrados em regiões diferentes, o que vem provocar uma distribuição diferenciada para seus consumidores. Daí a existência do preço e sua dependência da disponibilidade. A ciência econômica nasceu das necessidades de distribuição, de previsões futuristas e da administração da escassez. O estudo da economia envolve uma diversidade grande de modelos matemáticos que procuram dar explicações e funções ao comportamento humano de troca de produtos e serviços chamados "Mercados".

5.2 – Mercado

Mercado é o lugar onde compradores e vendedores encontram-se para interagirem (comprar e vender) seus recursos, bens e serviços. Onde são definidos os preços e as quantidades produzidas e consumidas. No passado, o termo "mercado" referia-se propriamente ao lugar físico do encontro, mas hoje não há mais limites geográficos para tal, pois as comunicações modernas permitem que compradores e vendedores negociem sem mesmo se verem.

O Mercado tem cinco funções básicas:

- 1- *Estabelecer valores*. O Preço é a medida de valor. O estabelecimento de valores se faz em função do desejo e do poder de compra do consumidor, bem como da disponibilidade de bens e serviços.

$$\text{Preço} = f(\text{desejo, poder aquisitivo, disponibilidade do bem}) \quad (7)$$

O preço é medido em unidades monetárias por unidades de um bem (por exemplo, R\$ 3,50 por 1 hambúrguer)

- 2- *Organizar a produção*. É através das informações do mercado que em função do custo, do preço e da demanda (procura) que o empresário (organizador da produção) dimensiona a quantidade de bens e serviços a ofertar (produzir).
- 3- *Distribuir o produto*. A produção escoa da região de mais disponibilidade para as de menor disponibilidade de recursos. Quem produz mais recebe mais. Os mais produtivos detêm a maior fatia do mercado.
- 4- *Racionar*. O racionamento da produção é a essência da formação de preços, porque limita o consumo à produção disponível. O mercado, por meio da interação entre a oferta e a demanda faz o racionamento, administrando e prevendo escassez e desperdícios.
- 5- *Prover o futuro*. A poupança e o investimento concorrem no mercado para manter o sistema e o progresso econômico. O mercado fornece as informações para os planos e planejamentos empresariais e governamentais.

5.3 – Interação Empresa e Família no Mercado.

As empresas e famílias se interagem de modo que enquanto uma fornece bens a outra, essa devolve em troca recursos monetários.

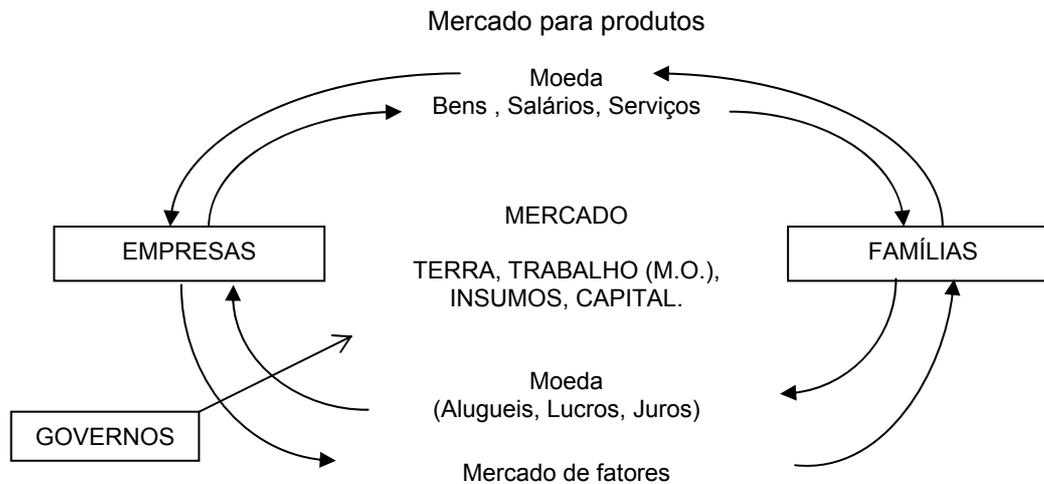


Figura 18 – Interação Empresa e Famílias no mercado

O maior ou menor grau de interferência de governos no mercado é muito discutido por economistas, políticos e empresários sob o aspecto de ser essa interferência benéfica ou não, dependendo de fatores como os sazonais, do tempo de vigência e das razões políticas que a justifique. Sob o aspecto teórico, deve ser preferida uma política de não interferência, o que praticamente é muito difícil. Diante de impasses, deve ser buscada a política do equilíbrio parcial ou geral.

Os estudos macro e microeconômicos consideram que a função tempo tem muita importância tanto indireta como diretamente nas previsões e conclusões de modelos econômicos. O aspecto regional também adquire uma influência dinâmica de igual valor à função tempo principalmente quando o mercado mostra uma tendência de globalização muito forte.

Das funções econômicas de maior influência nos mercados, principalmente em termos de custos de produção e consequentemente nos preços, destaca-se a Carga Tributária imposta pelos governos.

5.4 – A Carga Tributária.

O financiamento dos programas de governo, são feitos através de verbas oriundas principalmente dos impostos pagos pela sociedade, portanto, “impostos são o preço que pagamos por uma sociedade civilizada” (Juiz Oliver Wendell Holmes)

Os Tributos (impostos, taxas, fundos, contribuições e empréstimos compulsórios) no Brasil são de ordem federal, estadual, municipal e parafiscais.

São Impostos Federais: IRPF, IRPJ, IRRF, IPI, ITR, IOF, II*, IE*.(*) Tem função mais reguladora que arrecadadora.

São Impostos Estaduais: ICMS, IPVA.

São Impostos Municipais: IPTU, ISS, Taxas de recolhimento de lixo, Taxa de iluminação pública, etc..

São Contribuições Sociais Federais: COFINS, PIS, PASEP, CSLL, CPS, CPMF, FUNDAF, AFRMM.

São Contribuições Sociais Estaduais: PASEP, IAMSP.

São Contribuições Sociais do Sistema “S” (cobrados pelos governos e repassados para as empresas): SENAI, SESI, SESC, SENAC.

5.4.1 - Classificação dos Tributos

Diretos - aqueles que levam em conta a capacidade econômica do contribuinte (proporcional ao ganho de cada um) e numa só pessoa reúnem-se as condições de contribuinte (aquele que é responsável pelo cumprimento de todas as obrigações tributárias previstas na legislação). Exemplo: Imposto de Renda cobrado por declaração.

Indiretos - são quando não leva em conta a capacidade econômica do contribuinte na relação jurídico-tributária, que se estabelece entre o Estado e o sujeito passivo, este paga o tributo correspondente e se ressarcir cobrando de terceiro através da inclusão ou de repasse do imposto no preço. Exs: IPI e ICMS.

Reais - São aqueles que não levam em consideração as condições do contribuinte, incidindo igualmente a todas as pessoas. Exemplo: IPTU.

Pessoais - São aqueles que estabelecem diferenças tributárias em função das condições próprias do contribuinte. Exemplo: Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas.

Proporcionais - São caracterizados quando os impostos são estabelecidos em percentagem única incidente sobre o valor da matéria tributável. Exemplo: ITB (Transmissão de Bens Inter vivos).

Progressivos - São os impostos cujas alíquotas são fixadas em percentagens variáveis e crescentes. Exemplo: Imposto de Renda - Pessoa Física.

Fixos - é quando o valor do imposto é determinado em garantia certa, independentemente de cálculo. Exemplo: ISS - enquadramento por estimativa anual.

Fiscais - criados para arrecadar recursos da pessoa jurídica de direito público interno, para que possa cobrir seus gastos. Exemplo: Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Parafiscais - contribuição cobrada por autarquia, órgãos paraestatais, profissionais ou sociais, para custear seu financiamento autônomo. Exemplo: taxa anual do CRC, CREA, etc.

Extrafiscais - é quando não visa só a arrecadação, mas também, corrigir anomalias. Exemplo: Imposto de Exportação.

Taxas ou Contribuições - são recolhimentos tanto pelo estado como por setores privados da sociedade (anuidades como COFINS, PIS, CREA, CRQ).

Empréstimos Compulsórios - são valores arrecadados para fins específicos e temporários. Ex. CPMF.

5.4.2 - Lista de tributos (impostos, contribuições, taxas, contribuições) no Brasil: (Fonte: www.portaltributario.com.br)

- | | |
|--|--|
| 1. Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Lei -10.893/2004 | 15. Contribuição ao Serviço Social do Cooperativismo (SESCOOP) |
| 2. Contribuição à Direção de Portos e Costas (DPC) - Lei 5.461/1968 | 16. Contribuição ao Serviço Social dos Transportes (SEST) - Lei 8.706/1993 |
| 3. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - Lei 10.168/2000 | 17. Contribuição Confederativa Laboral (dos empregados) |
| 4. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado "Salário Educação" | 18. Contribuição Confederativa Patronal (das empresas) |
| 5. Contribuição ao Funrural | 19. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE Combustíveis - Lei 10.336/2001 |
| 6. Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Lei 2.613/1955 | 20. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE Remessas Exterior - Lei 10.168/2000 |
| 7. Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT) | 21. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Emenda Constitucional 39/2002 |
| 8. Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa (Sebrae) - Lei 8.029/1990 | 22. Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional-CONDECINE-art.32 da Medida Provisória 2228-1/2001 e Lei 10.454/2002 |
| 9. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - Lei 8.621/1946 | 23. Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) |
| 10. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes (SENAT) - Lei 8.706/1993 | 24. Contribuição Sindical Laboral (não se confunde com a Contribuição Confederativa Laboral, vide comentários sobre a Contribuição Sindical Patronal) |
| 11. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - Lei 4.048/1942 | 25. Contribuição Sindical Patronal (não confundir com a Contribuição Confederativa Patronal, já que a Contribuição Sindical Patronal é obrigatória, pelo artigo 578 da CLT, e a Confederativa foi instituída pelo art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal) |
| 12. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SEÑAR) - Lei 8.315/1991 | |
| 13. Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI) - Lei 9.403/1946 | |
| 14. Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC) - Lei 9.853/1946 | |

26. Contribuição Social Adicional para Reposição das Perdas Inflacionárias do FGTS -Lei Complementar 110/2001
27. Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
28. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
29. Contribuições aos Órgãos de Fiscalização Profissional (OAB, CRC, CREA, CRECI, CORE, etc.)
30. Contribuições de Melhoria: asfalto, calçamento, esgoto, rede de água, rede de esgoto, etc.
31. Fundo Aeroviário (FAER) - Decreto Lei 1.305/1974
32. Fundo de Combate à Pobreza art. 82 da EC 31/2000
33. Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) - Lei 5.070/1966 c/ novas disposições da Lei 9.472/1997
34. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
35. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) - art. 6 da Lei 9998/2000
36. Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) - art.6 do Decreto-lei 1.437/1975 e art. 10 da IN SRF180/2002.
37. Fundo para o desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) – Lei 10.052/2000
38. Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
39. Imposto sobre a Exportação (IE)
40. Imposto sobre a Importação (II)
41. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
42. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
43. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
44. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR - pessoa física e jurídica)
45. Imposto sobre Operações de Crédito (IOF)
46. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
47. Imposto sobre Transmissão Bens Inter vivos (ITBI)
48. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)
49. INSS Autônomos e Empresários
50. INSS Empregados
51. INSS Patronal
52. IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)
53. Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)
54. Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro
55. Taxa de Avaliação in loco das Instituições de Educação e Cursos de Graduação - Lei 10.870/2004
56. Taxa de Classificação, Inspeção e Fiscalização de produtos animais e vegetais ou de consumo nas atividades agropecuárias - Decreto Lei 1.899/1981
57. Taxa de Coleta de Lixo
58. Taxa de Combate a Incêndios
59. Taxa de Conservação e Limpeza Pública
60. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - Lei 10.165/2000
61. Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Lei 10.357/2001, art. 16
62. Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais)
63. Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC – Lei 11.292/2006
64. Taxa de Fiscalização CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - Lei _____7.940/1989
65. Taxa de Fiscalização de Sorteios, Brindes ou Concursos – art. 50 da MP 2.158-35/2001
66. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária Lei 9.782/1999, art. 23
67. Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC - Lei 10.834/2003
68. Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC - art.12 da MP 233/2004
69. Taxa de Licenciamento Anual de Veículo
70. Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal
71. Taxa de Pesquisa Mineral DNPM - Portaria Ministerial 503/1999
72. Taxa de Serviços Administrativos - TSA - Zona Franca de Manaus - Lei 9960/2000
73. Taxa de Serviços Metrológicos - art. 11 da Lei 9933/1999
74. Taxas ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP)
75. Taxas de Outorga e Fiscalização – Energia Elétrica – art. 11, inciso I, e arts. 12 e 13, da Lei 9.427/1996
76. Taxas de Outorga – Rádios Comunitárias – art. 24 da Lei 9.612/1998 e nos art. 7 e 42 do Dec. 2.615/1998.
77. Taxas de Outorga – Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários – art. 77, incisos II e III, art. 97, IV, da Lei 10.233/2001.
78. Taxas de Saúde Suplementar - ANS - Lei 9.961/2000, art. 18
79. Taxa de Utilização do MERCANTE - Decreto 5.324/2004
80. Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais)
- Taxa Processual Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - Lei 9.718/1998

5.4.3 - Exemplo de Arrecadação da Carga Tributária Brasileira - Valores de 2000 (arredondados e aproximados)

Considerando um PIB de R\$ 1 000 bilhões (Produto Interno Bruto - somatória de todos os valores produzidos no país em um ano)

A arrecadação no Brasil:	União	216 bilhões
	Estados	78 bilhões
	Municípios	12 bilhões
	TOTAL	R\$ 306 bilhões - 30% do PIB

Após as transferências de recursos do Fundo de Participação entre a União, Estados e Municípios:

União	R\$ 191 bilhões
Estados	R\$ 72 bilhões
Municípios	R\$ 43 bilhões

Os tributos que mais arrecadaram em média são: ICMS (22%), IR (18%), CPMF (15,2%), CONFINS (10%), FGTS (5,7%), PIS/PASEP (3,1%), Outros (26%). Levantamento feito em termos de energia consumida.

5.4.4 – Produto Interno Bruto

PIB é a soma de toda produção de bens e serviços de um país. É o índice que reflete a riqueza gerada por um povo. O PIB é calculado trimestralmente e comparado a igual período de anos anteriores.

$$\text{PIB} = C + I + G + X - M, \quad \text{onde:} \quad (8)$$

C representa o consumo privado; I é o total de investimentos realizados; G representa os gastos governamentais; X é o volume de exportação e M o volume de importações.

O PIB *percapita* representa a riqueza gerada por indivíduo da população e é calculado por:

$$\text{PIB}_{\text{PC}} = \text{PIB} / N, \quad \text{onde } N \text{ é a população do país} \quad (9)$$

Tabela 02 - Comparação entre PIB de alguns países (fonte Banco Mundial – JUN 2009)

País	PIB em milhões de dólares		
— Mundial	69.697.646	12 México	1.541.584
— União Européia	15.204.322	13 Coreia do Sul	1.358.037
1 Estados Unidos da América	14.201.819	14 Canadá	1.213.991
2 Japão	4.354.550	15 Indonésia	907.264
3 Índia	3.388.473	16 Austrália	762.559
4 China	7.903.235	17 Turquia	1.028.897
5 Alemanha	2.925.220	18 Argentina	571.537
6 Rússia	2.288.446	19 Tailândia	519.049
7 Reino Unido	2.176.263	20 Irã	839.438
8 França	2.112.426	21 Polônia	671.927
9 Brasil	1.976.632	22 África do Sul	492.155
10 Itália	1.840.902	24 Paquistão	439.036
11 Espanha	1.456.103	24 Filipinas	317.110
		25 Grécia	343.000

5.4.5 - Carga Tributária sobre classe média cresce 10% nos últimos três anos (resumo de notícias veiculadas em www.estadao.com.br - 29.04.02)

1- A carga tributária sobre a classe média aumentou cerca de 10% nos últimos 3 anos. Pesquisa feita pela Price Waterhouse Coopers mostra:

Ano	Renda Bruta Mensal [R\$]	Carga Tributária [%]	Equivalência [R\$]/mês
2001	3.200,00	30 (em média)	960,00
1998	3.200,00	27,3 (máximo)	873,60
Diferença.....			R\$ 86,40 / mês

A diferença de R\$ 86,40 / mês, ou o equivalente a R\$ 1.032,80 / ano daria para aquisição, por exemplo, de 1 televisor de 20 polegadas, ou um aparelho de DVD e ainda sobraria uns trocados. Isso mostra como a pressão tributária provocada o fechamento de postos de trabalho

Principais causadores da pressão tributária no Brasil (impostos de consumo):

- CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)
- ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) elevado de 0,30% para 0,38%
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) elevado de 2% para 3%

Como exemplo, quer se saber como o custo da energia elétrica influencia no custo de produção de um produto industrializado.

$$\text{Preço}_{\text{iogurte}} = C_F + C_V + L$$

$P_{\text{iogurte}} = (\text{matéria prima} + \text{transporte da MP} + \text{beneficiamento interno da MP} + \text{controle de qualidade da MP} + \text{transformação e produção} + \text{Mão de Obras diretas e indiretas} + \text{controle de qualidade da produção} + \text{embalagem} + \text{expedição} + \text{transporte} + \text{custo de energia elétrica} + \dots + \dots + \text{etc.}) + L$

Se o interesse for saber como o custo de produção do iogurte é influenciado pelo custo da energia elétrica, deve-se analisar como a seguir:

$$P_{\text{iogurt}} = f(\text{custo da energia elétrica direta} + \text{C.P.}) + L$$

Dessa forma consideram-se todos os custos invariáveis e analisa-se apenas a influência da variação do custo da energia elétrica direta de produção. O método é usado para análise conjunta de até três variáveis, dependentes ou independentes. Para mais de três variáveis recomenda-se buscar modelos matemáticos que, através de pesquisas e amostragens, representem a variação do custo. Destaca-se a característica da individualidade das formulas de cálculo de custos, que são impares tanto de empresa para empresa como em função de períodos alongados. Uma fórmula de calculo de custo válida para um determinado produto dificilmente representará convenientemente o custo de outro produto, até mesmo em períodos diferentes. Os modelos matemáticos representativos de custos devem ser sistematicamente revistos.

Existem muitas modalidades de preços, que se classificam conforme as variáveis que os influenciam. As principais modalidades estão ligadas à natureza do mercado, à interferências do Estado e a possíveis manobras mono e oligopolistas. A Tabela 3 mostra algumas espécies de preços.

5.6 - Leis do Mercado - Lei da Oferta e da Procura (ou Demanda)

De um lado do mercado a Oferta (pessoas e empresas oferecendo seus produtos e serviços) e do outro lado a Procura ou Demanda (pessoas e empresas que procuram adquirir bens e serviços).

Em ambos os lados do mercado, da Oferta e da Procura, o Preço é um fator comum e regulador, mantidos todos os outros fatores invariáveis (*ceteris paribus*) tais como: safra, região, renda monetária, variação na bolsa de valores, etc, etc, etc....

$$\text{Preço}_{\text{mercado}} = f(x_1 + x_2 + x_3 + \dots + y_1 + y_2 + y_3 + \dots + z_1 + z_2 + z_3 + \dots + n) \quad (17)$$

5.6.1- Lei da Demanda (ou da Procura)

O comportamento da curva de demanda no mercado é apresentado na Figura 19, cuja interpretação é:

“O comprador está disposto a pagar um preço P_1 por uma quantidade Q_1 de produto. Se o preço cair para P_2 , menor que P_1 , ele irá adquirir uma quantidade Q_2 , maior que Q_1 e, se o preço aumentar para P_3 , maior que P_1 , se disporá a adquirir a quantidade Q_3 menor que Q_1 ”.

“A quantidade que se deseja adquirir, por unidade de tempo, será maior quanto menor for o seu preço, *ceteris paribus*”

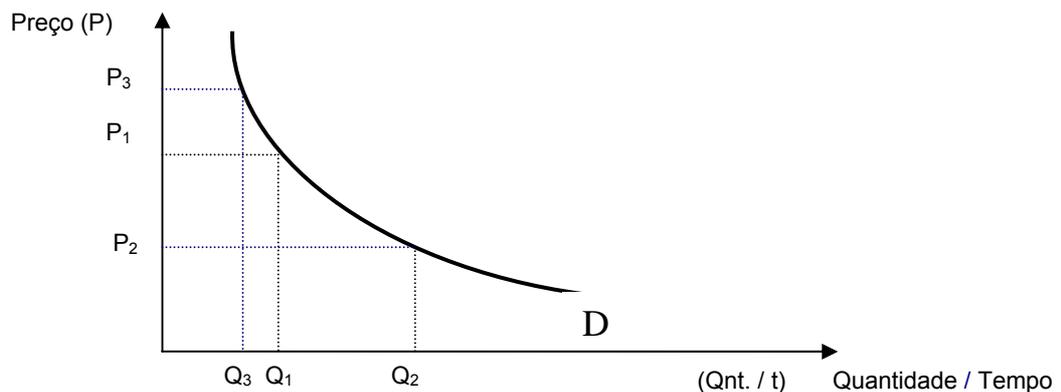


Figura 19 – Curva de Demanda

5.6.1.1- Deslocamento da Curva de Demanda

Quando outros fatores como renda, safra, disponibilidade, etc., também influenciam na análise, a curva de demanda se desloca para cima ou para baixo, dependendo se esta influência provoca aumento ou redução do consumo.

Por exemplo, vejamos o caso do mercado da carne bovina, que tem seu preço estável por um período longo na época das chuvas (pasto farto – boi gordo) e estoques disponíveis. Esse preço é mantido por um certo tempo no período inicial na seca (pasto escasso – boi magro), enquanto existirem estoques. Em seguida vem um período de escassez com queda de consumo e com conseqüente substituição por outros produtos similares como o frango, a carne de porco, importações, etc.. A Figura 20 mostra o deslocamento da Curva de Demanda nessas situações.

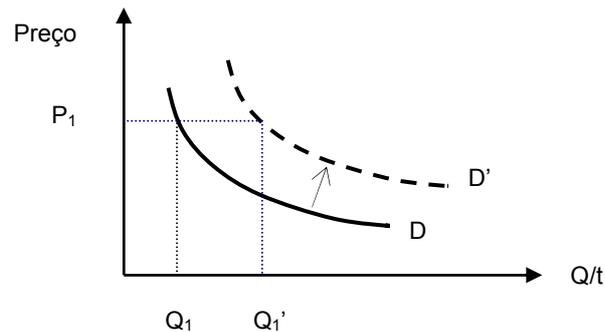


Figura 20 – Deslocamento da curva de demanda para cima.

Outro exemplo, caso de deslocamento da curva de demanda para baixo, ocorre quando há uma redução na renda das pessoas, que passam a comprar menos, mesmo que o preço se mantenha, como mostrado na Figura 21.

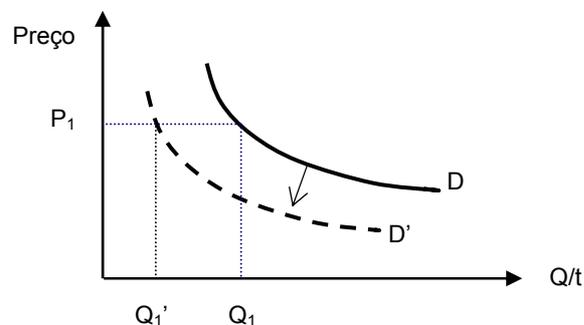


Figura 21 – Deslocamento da curva de demanda para baixo.

Tais deslocamentos ocorrem em um período curto de tempo, até que o preço de mercado se estabilize ou equilibre novamente. Se assim não for, há necessidade de outras análises conjuntas, como no caso em que o produtor retém o boi no pasto, mesmo estando o boi gordo pronto para o abate e consumindo ração, para com isso reduzir a oferta de carne e manter o preço de mercado, ou ainda faz o abate, mas exporta o excedente em detrimento do mercado interno.

5.6.1.2 – Aumento da Demanda.

O aumento da Demanda de q_1 para q_2 provocado por uma maior disponibilidade no mercado, Figura 22, traz uma tendência momentânea de queda dos preços, de P_1 para P_2 ($P_1 > P_2$) sobre a curva D_1 , o que provocaria uma alta de consumo e conseqüente desabastecimento do mercado. Como reação ao desabastecimento e, não sendo vantajoso para o fornecedor, esse retira produto do mercado fazendo com que ocorra escassez do produto, ocorrendo um deslocamento da curva para a posição D_2 , e conseqüentemente aumento de preço. Quando a quantidade demandada q_2 cai para q_3 , sobre a nova posição da curva D_2 , eleva o preço para P_3 , agora então maior que P_1 . O deslocamento da curva D_1 para posição D_2 é temporário e perdura até que o mercado se equilibre novamente.

Exemplo: Os preços dos produtos agropecuários após as colheitas nas safras, os preços de produtos industrializados quando novos fornecedores concorrentes entram no mercado e os preços de equipamentos de novas tecnologias quando são bem aceitos pelo mercado.

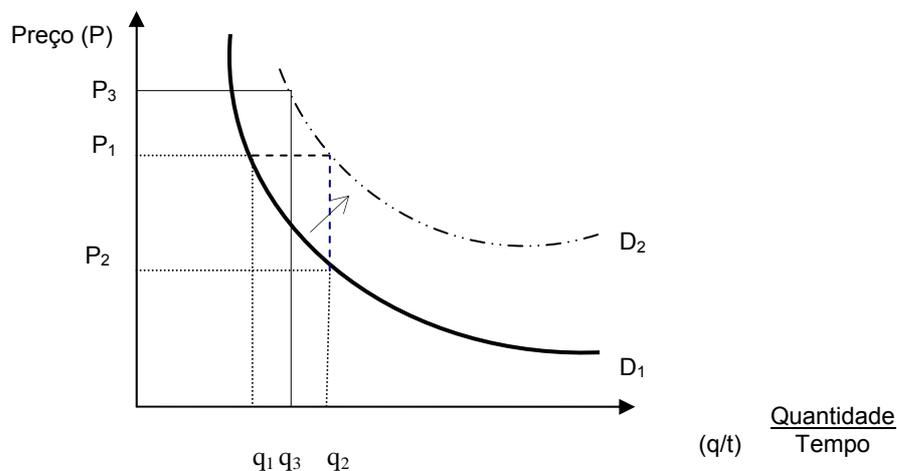


Figura 22 – Deslocamento da curva de Demanda por aumento de oferta

5.6.1.3 – Diminuição da Demanda.

É uma prática comum no mercado, forçar o deslocamento da curva D_1 para a posição D_3 , conforme mostrado na Figura 23, para provocar uma redução proposital da oferta a fim de forçar elevação de preço. O deslocamento da curva D_1 para a posição D_3 mostra que ao mesmo preço P_1 a demanda diminui fazendo com que a um mesmo valor P_1 agora só é possível adquirir a quantidade $q_4 < q_1$. Tal situação ocorre quando o mercado limita a quantidade a ser adquirida por consumidor.

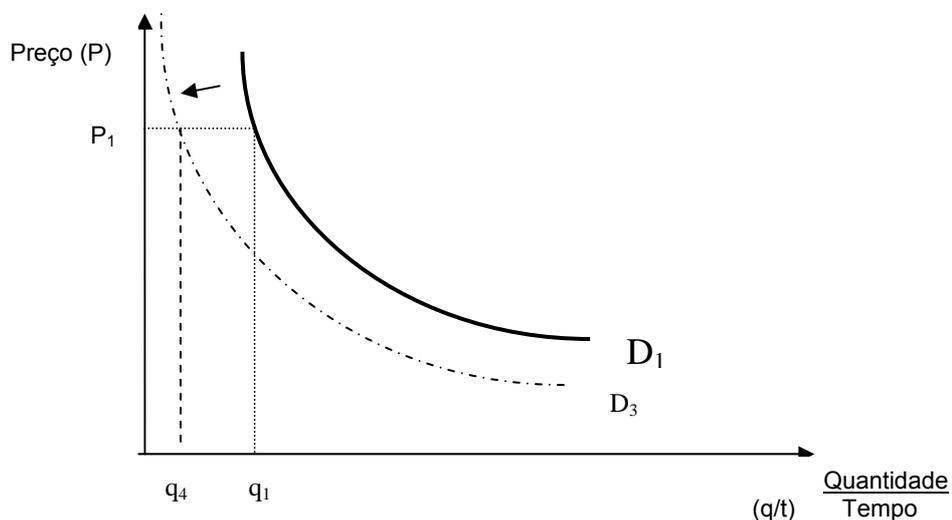


Figura 23 – Deslocamento da curva de Demanda por redução de oferta.

Exemplo: Os preços dos produtos agropecuários nas entressafras, os preços de produtos industrializados quando fábricas concorrentes saem do mercado e os preços de equipamentos de novas tecnologias quando perdem o aceite no mercado. Para evitar o desabastecimento o fornecedor segura o estoque, diminuindo assim a demanda.

5.6.1.4 - A inversão da Curva de Demanda – O comportamento dos Bens de Giffen

Existem alguns casos de exceção, os chamados “bens de Giffen”. São bens em que a demanda cresce com o aumento de preço

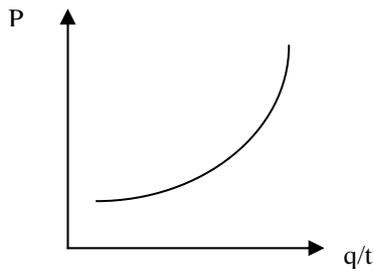


Figura 24- Bens de Giffen

São os fenômenos que ocorrem no mercado com produtos que oferecem prestígio a seu possuidor e aqueles que conferem o efeito dinâmico da expectativa como o caso do pãozinho francês. No caso do aumento do preço do pão, um gênero de primeiríssima necessidade para famílias de baixa renda, faz com que sua procura às vezes até aumente, por que essas famílias reduzem o consumo de outros produtos alimentares como a carne por exemplo, e elevem o consumo do pãozinho para suprir suas necessidades.

Nos casos de bens que conferem prestígio ao seu possuidor, quando o preço aumenta, maiores quantidades do bem são procurados por agradarem ao esnobismo de alguns.

Também aqueles produtos que conferem expectativas dinâmicas, quando seus preços começam a cair, criando no consumidor a esperança de que estes preços caiam ainda mais. Nestes casos a demanda cai também.

Casos como os que conferem prestígios e expectativa dinâmica, são muito usados para direcionamento do mercado por um pequeno período de tempo, não se sustentando em função da própria lei da Oferta e da Procura.

5.6.1.5 - A Função Demanda

A quantidade demandada, ou procurada, q_d é uma função do preço do produto P , do preço de outros bens P_o , da renda y , de gostos e preferências do consumidor g , da riqueza w e etc., etc, etc...

$$q_d = f (P, P_o, y, g, w, \dots) \quad (12)$$

ou ainda, a quantidade demandada é função do preço do produto, se tudo mais permanecer constante.

$$q_d = f (P \cdot "C.P") \quad (13)$$

Análises mais detalhadas como a da equação 12, do ponto de vista apenas da renda y , mostra por exemplo os seguintes comportamentos da função demanda:

$$q_d \frac{dy}{dt} = f (P, P_o, y, g, w, \dots) \frac{dy}{dt} \quad (14)$$

$q_d \frac{dy}{dt} < 0 \rightarrow$ curva negativamente inclinada (Tang. < 0) - a variação de preço e de quantidade são diretamente proporcionais.

$q_d \frac{dy}{dt} > 0 \rightarrow$ As variáveis variam contrariamente. A variação de preço e de quantidade é inversamente proporcional. Se $P \uparrow$ $q \downarrow$ ou se $P \downarrow$ $q \uparrow$ (15)

5.6.1.6 – Variações ao longo da curva de Demanda

Movimentações ao longo da curva de Demanda são provocadas por pequenas variações de preço sem provocar grandes variações de consumo no mercado nem deslocamento da curva e se caracteriza por uma procura de menores preços.

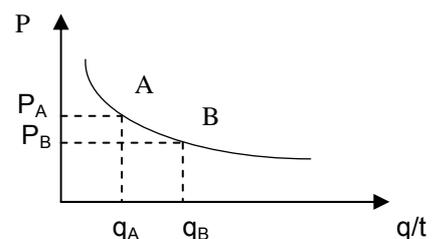


Figura 25- Movimentação ao longo da curva de Demanda

5.6.1.7- Mudança em qualquer uma das condições “*ceteris paribus*” provoca deslocamentos da curva para cima ou para baixo.

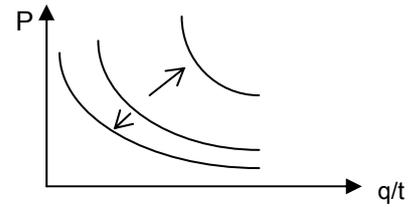


Figura 26- Mudança nas condições CP da curva de Demanda

5.6.1.8- Variações na Renda para mais, faz com que os indivíduos comprem mais de um determinado produto que permaneça com seu preço constante, deslocando a curva de demanda para cima e para a direita. Em caso contrário, quando a renda varia para menos, perda do poder aquisitivo, faz com que mesmo que o preço do produto permaneça constante, eles comprem menos, deslocando a curva para a esquerda e para baixo.

5.6.1.9- Variação das curvas de bens diferentes - Bens Substitutos – aqueles bens que são substituídos por outro, por exemplo: manteiga e margarina, café e chá, carne bovina e carne de frango, etc., geralmente tem comportamento de mercado analisados em conjunto porque a variação da curva de um bem provoca variação na curva do outro bem. As mudanças nas curvas de demanda de bens substitutos não se sustentam por muito tempo, provocando novas variações de acomodação do mercado em ambas as condições de mercado. Por exemplo:



Figuras 27- Curvas de comportamento de bens substituíveis

5.6.1.10- Bens Complementares – são aqueles cujo consumo de um bem está ligado ao consumo de outro bem, exemplo: café e açúcar, pão com manteiga, gasolina e automóvel, sapato e meia, etc. Se o preço de um aumenta derrubando a demanda, cai a demanda do outro e vice-versa e se o preço de um cai aumenta a demanda do outro.

5.6.1.11- Gostos e Preferências – produtos que são preferidos por agradarem grande parte dos consumidores, exemplo: tecido Jeans, calçado tênis, carro Fusquinha (nos anos 70/80), refrigerante Coca-cola, etc.... O gosto e a preferência de uma população afetam positivamente ou negativamente a curva de Demanda, deslocando-a para a direita ou para a esquerda respectivamente.

5.6.1.12- Riqueza – O aumento da riqueza de uma coletividade aumenta de um modo geral o consumo dos produtos, deslocando as curvas de Demanda para a direita. Em contrapartida, o empobrecimento produz efeito contrário nas curvas.

5.6.1.13- Empobrecimento. Certos produtos que podem causar uma drenagem em famílias de baixa renda, que se vêem obrigadas a consumir mais dos desses bens, exemplo: feijão, farinha, pão, fubá, banha, etc.... Um aumento no preço do pãozinho geralmente aumenta seu consumo por ser ainda o mais barato, porém provoca uma redução de consumo dos demais.

5.6.1.14 - Expectativa. A expectativa de alteração de preços no mercado, aumento ou redução, provoca correria de consumo ou queda de vendas, provocando deslocamento da curva de Demanda para a direita ou para a esquerda, respectivamente.

5.6.2- Lei da Oferta (curva de oferta)

A Lei da Oferta de um bem trata das quantidades de bens que um ou mais produtores colocam no mercado em determinado período de tempo e a todos os possíveis níveis de preços a disposição dos compradores. A curva de Oferta é o lugar geométrico dos pontos que indicam as quantidades ofertadas no mercado e seus respectivos preços, Figura 28.

Sua interpretação é análoga à curva de Demanda: “ O Fornecedor está disposto a oferecer uma quantidade q_1 de seu produto a um preço P_1 , ou uma quantidade q_2 , menor que q_1 , por um preço P_2 , for menor que P_1 ”.

Obs. A análise da curva de Oferta é feita considerando o preço e a quantidade variáveis, mantendo-se as demais variáveis “*ceteris paribus*”.

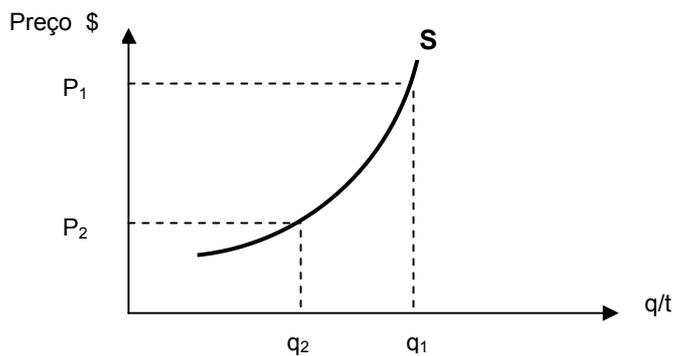


Figura 28- Curva de Oferta.

5.6.2.1- A função Oferta

A função oferta é dada pela equação:

$$q_s = f (P_A, S, F, X, T, \dots) \quad (16)$$

onde:

- q_s = quantidade ofertada de mercadoria A, por unidade de tempo
- P_A = preço de A
- S = oferta de insumos
- F = características da natureza
- X = impostos e/ou subsídios
- Y = tecnologia

Também são válidas para a curva de oferta as condições “*ceteris paribus*”, portanto a Equação 16 pode ser escrita:

$$q_s = f (P_A, CP) \quad (17)$$

5.6.2.2 - Variações da Curva de Oferta. Quando existe uma oferta maior de insumos e de matérias primas, a curva de Oferta S_0 se desloca para a direita, S_1 , aumentando a quantidade ofertada de produto de q_0 para q_1 e geralmente mantendo o preço P_0 , Figura 29. No caso contrário, na falta de insumos e matérias primas, a curva se desloca para S_2 , e, a oferta de produtos cai para q_2 , elevando o preço para P_2 .

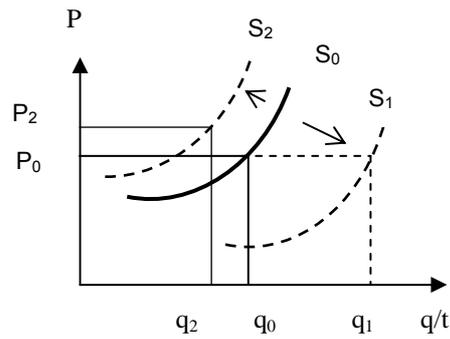


Figura 29- Deslocamento da curva de Oferta

Observação: A queda de preço inferior a P_0 só é possível até no limite do Lucro se igualar a zero, Equação 5. Para $L = 0$ o custo total se iguala ao valor de P_0 caracterizando a iminência do prejuízo.

5.6.2.3- Novas Tecnologias. A introdução de melhorias e novas tecnologias no sistema produtivo, desloca a curva de Oferta para a esquerda, Figura 29, mantendo o preço constante por curto a médio período de tempo, ou até que o investimento de deprecie, depois, o custo total tende a cair o preço sendo mantido acarretará em maior lucro.

5.6.2.4- Variação de Impostos e Subsídios.

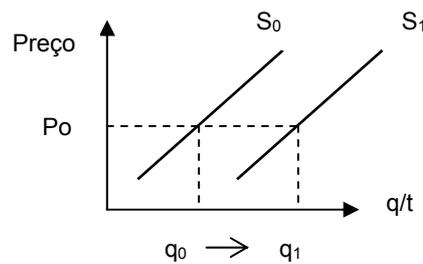
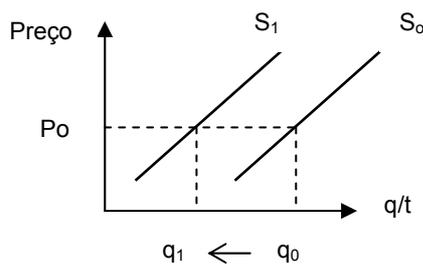


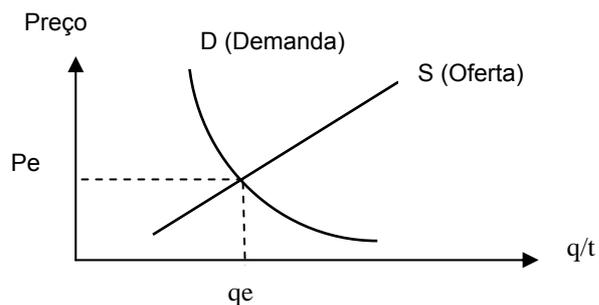
Figura 30- Aumento de Impostos e Subsídios Figura 31- Redução de Impostos e subsídios

5.6.2.5- Influências da Natureza – Chuva, Seca, Neve, Aumento / Queda de temperaturas, Ventos

Se Favoráveis ao processo produtivo Oferta \uparrow

Se Desfavoráveis Oferta \downarrow

5.7- A Lei do Mercado - Lei da Oferta e da Procura - Determinação do Preço de Mercado O mercado se comporta sobre as duas curvas, a de demanda e a de oferta, juntas como na Figura 32.



P_e = preço de equilíbrio do mercado

q_e = quantidade ofertada e demandada de equilíbrio do mercado.

Figura 32- Curva de Mercado, ou de Oferta e Demanda.

“Pe” e “qe” são respectivamente preço e quantidade de produto que se auto ajustam no mercado, produzindo uma região nas curvas em que tanto produtores quanto consumidores se dispõem a negociar, ofertando e consumindo a preços e quantidades satisfatórios a ambos.

5.7.1- - Estoque e Escassez – A interação do equilíbrio entre oferta e procura.

Observando a curva ao lado, Figura 32, suponhamos que o preço de um determinado produto suba de P_0 para P_1 e a oferta desse produto passe para q_1^S . Em P_1 e q_1^D , tanto o preço como a quantidade, não são aceitos pelo mercado, fazendo com que a quantidade ($q_1^S - q_1^D$) sobre nas prateleiras, ao que se denomina “Estoque” (reta AB). Estoque é recurso parado que além de não retornar lucro imediato, deprecia com armazenamento e obsolescência. Nesta condição os vendedores desejam baixar os preços, sob a forma de liquidações e ofertas, e desta forma, desovar o estoque, fazendo o mercado retornar ao ponto de equilíbrio, P_0 e q_0 .

Por outro lado, se o preço cair de P_0 para P_2 , a quantidade procurada q_2^D será maior que a ofertada q_2^S . Ocorrerá no mercado uma “Escassez” ($q_2^D - q_2^S$). O preço da demanda será maior que o de oferta o que aqueceria a oferta e a tendência seria de retorno ao ponto de equilíbrio.

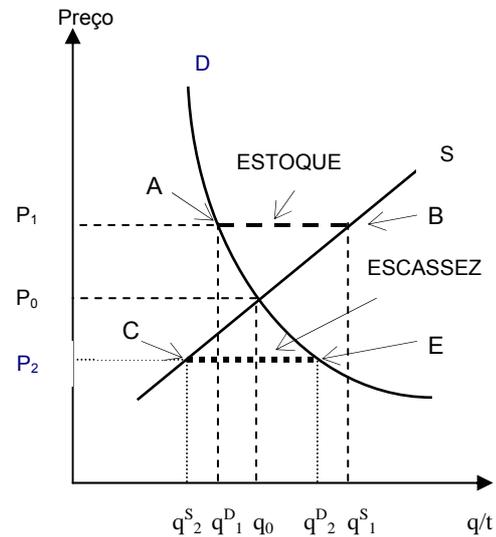


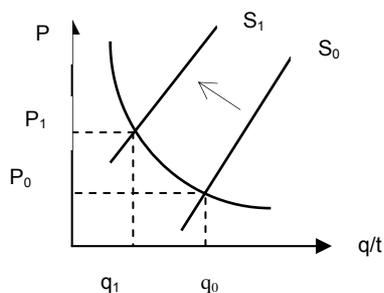
Figura 33 – Estoque e Escassez

$$\text{ESTOQUE} = (q_1^S - q_1^D) \quad (18)$$

$$\text{ESCASSEZ} = (q_2^D - q_2^S) \quad (19)$$

5.7.2- Estoque Regulador – É o estoque, estrategicamente dimensionado, mantido no mercado por empresas e governos para evitar grandes flutuações de preços e de oferta que, certamente provocam instabilidade nas curvas de Oferta e Demanda e conseqüentemente escassez do produto. Geralmente são estoques comprados pelos governos nos períodos de safras e ofertados nas entressafras, como por exemplo nos mercados de grãos, feijão, milho, arroz, soja, dentre outros.

5.7.3- Especulação - Fator que Influencia na Instabilidade do Mercado.



O especulador retira gradativamente produto do mercado fazendo com que a curva S_0 se desloque para a posição S_1 , elevando o preço para P_1 . Para evitar, os governos costumam liberar o estoque regulador, fazendo com que o preço retorne ao ponto de equilíbrio. Este tipo de comportamento é comum nas safras e entre safras de produtos alimentícios e com o abastecimento de combustíveis.

Figura 34- Deslocamento da curva de oferta por especulação.

5.8.1- ELASTICIDADE DO MERCADO. É um fator que mede a variação da quantidade demandada de um bem quando houver variação no seu preço.

$$\mu = \frac{\frac{\Delta q}{q}}{\frac{\Delta P}{P}} = \frac{\Delta \% q}{\Delta \% P} = \frac{\text{Variação percentual da quantidade}}{\text{Variação percentual do preço}} \quad (20)$$

Se $\mu > 1$ – a variação no preço provoca uma variação mais que proporcional na quantidade.

Se $\mu = 1$ – a variação de preço e quantidade é proporcional.

Se $\mu < 1$ – a variação de preço e de quantidade é contrária uma da outra.

Fatores que influenciam na Elasticidade do mercado:

- 1- Quanto mais produtos substitutos houver para um determinado bem, menos elástica tende ser sua demanda.
- 2- Quanto mais aplicações tiverem um produto, mais elástico tende ser sua procura. Ex. Bombril x Perflex.
- 3- Produtos que absorvem uma grande parcela da renda do consumidor tendem a ser menos elásticos.

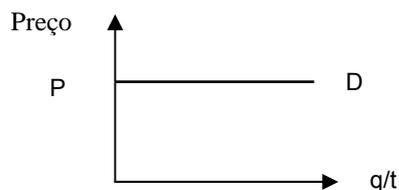
5.8.2- ELASTICIDADE DE PREÇOS CRUZADOS - Mede a variação na quantidade demandada de um bem quando há alteração no preço de outro bem.

$$\mu_{xy} = \frac{dq_x}{dP_y} \cdot \frac{P_y}{q_x} \quad (21)$$

Se $\mu_{xy} > 0$ Bens Substitutos. Ex. Manteiga e Margarina
 Se $\mu_{xy} < 0$. Bens Complementares. Ex. Feijão e Arroz
 Se $\mu_{xy} = 0$ Bens Independentes.

5.9- Casos Especiais de Demanda.

1. Tabelamento de preços e de concorrência perfeita.



Nesses casos o desestímulo dos produtores é notório e grande o risco de desabastecimento do mercado.

Figura 35- Tabelamento de preços

2. Quando a quantidade demandada não é afetada pela variação de preço, como por exemplo: sal, palito medicamentos vitais e jornal

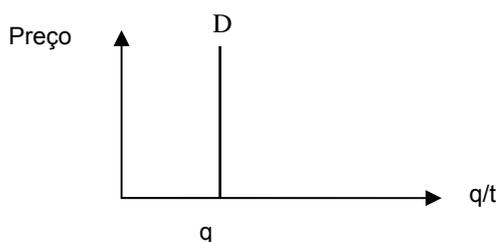


Figura 36- Quando a variação de preço não afeta o mercado.

5.9- Algumas definições gerais no Mercado

Monopólio – Situação de mercado em que um só vendedor controla toda a oferta de uma mercadoria ou de um serviço. Controle exclusivo de uma atividade, atribuído a determinada empresa ou entidade. Monopólio natural, setor produtivo onde a existência de mais de um ofertante seria em princípio ineficiente (como a distribuição de eletricidade ou de água, numa cidade), e que é em geral objeto de regulamentação governamental, quando entregue a empresa privada. Os produtores ditam os preços em detrimento da sociedade causando elevação do custo social. Ex. Energia Elétrica, Água, Gasolina, Trigo, Pãozinho, Serviços Públicos, etc.

Oligopólio – Situação de mercado em que a oferta é controlada por um pequeno número de vendedores, e em que a competição tem por base, não só as variações de preços, mas também a propaganda e as diferenças de qualidade. Poucos fornecedores vendendo bens de uma certa forma bons substitutos entre si. Ex. Cimento, Aço. As montadoras de automóveis no Brasil,

Cartel - Acordo entre empresários beligerantes, acerca de medidas de interesse comum ou vantagens recíprocas. Reunião de empresas que têm por objetivo reduzir a concorrência do mercado através de fixação de preços, distribuição da produção, distribuição do mercado geograficamente, etc. Há uma tendência para que os cartéis sejam instáveis. Ex. OPEP, Barreiras Comerciais entre Países.

Concorrência – Situação hipotética de mercado caracterizada principalmente pela existência de grande número de vendedores e compradores, cada um deles incapaz de influenciar o preço, e a identidade de produtos entre vendedores. Ex. Alimentos, Vestuário, Saúde, etc

Inflação – Aumento geral de preços (em geral acompanhado por um aumento na quantidade de meios de pagamento), com conseqüente perda do poder aquisitivo do dinheiro. É basicamente, o excesso de moeda e crédito num mercado confrontado com poucos bens produzidos ou disponíveis. Hoje é calculada pela média ponderada dos preços de milhares de produtos consumidos isoladamente. Sua estabilidade depende de todas as forças do mercado livre coexistirem em equilíbrio. Para conter suas tendências de desequilibrar não basta conter os preços e o ritmo de expansão monetária – aliás, as medidas mais fáceis de serem adotadas - tem que haver um controle simultâneo no ritmo da expansão monetária, no crescimento da produção real e procurar minimizar o desemprego. Estabilidade da Inflação só é possível em regime de liberdade de iniciativas, com estímulo dos empreendedores e com amplo e claro acesso aos números reguladores de mercado.

1. Inflação de custos, a que se origina de uma elevação autônoma nos custos de produção (como um aumento nas taxas de juros).
2. Inflação de demanda, a que se origina de uma elevação na demanda por mercadorias e serviços, sem correspondente aumento da oferta.
3. Inflações inerciais, a que se origina da repetição dos aumentos passados de preços, pela ação dos mecanismos de indexação.

5.10- Tipos de Preços no Mercado

Tabela 3- Espécies de Preços

<i>Preço</i>	<i>Definição</i>
Preço de Custo ou de produção	Custo total somado ao lucro
Preço Concorrente	Aquele estabelecido pelo mercado de oferta e da procura
Preço Justo	Resultante do acréscimo de um lucro considerado justo pelo produtor
Preço de Livre Concorrência	Resultante da tendência natural manifestada pelos produtores e consumidores
Preço de Oferta	Aquele mantido pelo produtor independente da vulnerabilidade do mercado
Preço de Procura ou Demanda	Aceito pelo consumidor contrapondo ao Preço de Oferta
Preço Convencional	Resultante de entendimento entre produtores e consumidores
Preço Legal ou Dirigido	Estabelecido por força de lei
Preço de Monopólio	Fixado pelos fornecedores sem concorrência no mercado
Preço Livre	A vigorar após sua formação sem quaisquer impedimentos de ordem legal
Preço Subsidiado	Quando a redução em seus índices normais é coberta pelo governo
Preço de beneficência	Inferior em valor ao seu custo efetivo, também com compensação oficial

5.10- A Responsabilidade Sócio-econômica da Empresa

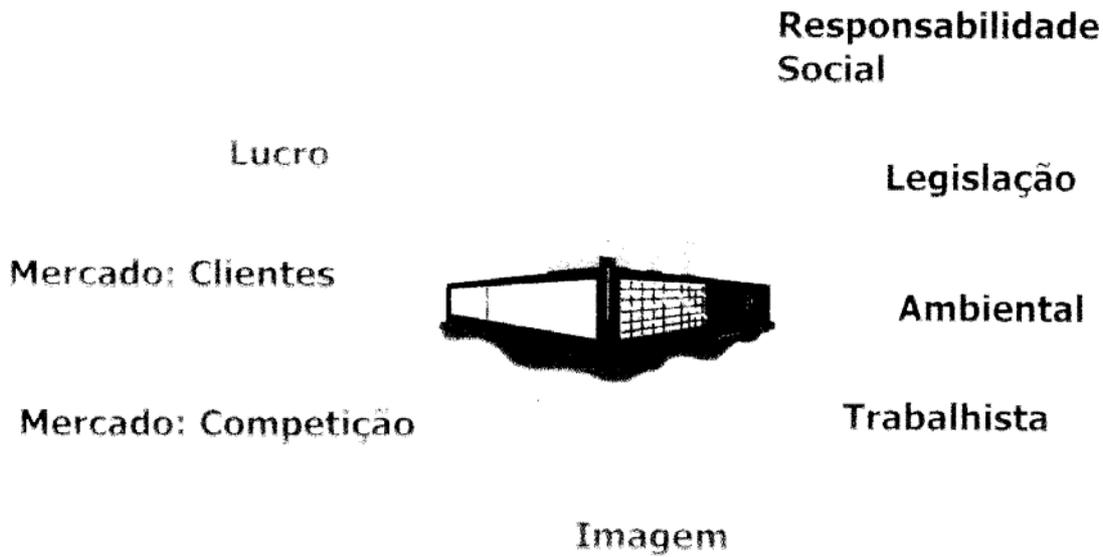


Figura 37- A responsabilidade sócio-econômica das empresa.

5.11- Visão Panorâmica do Desenvolvimento Industrial Brasileiro

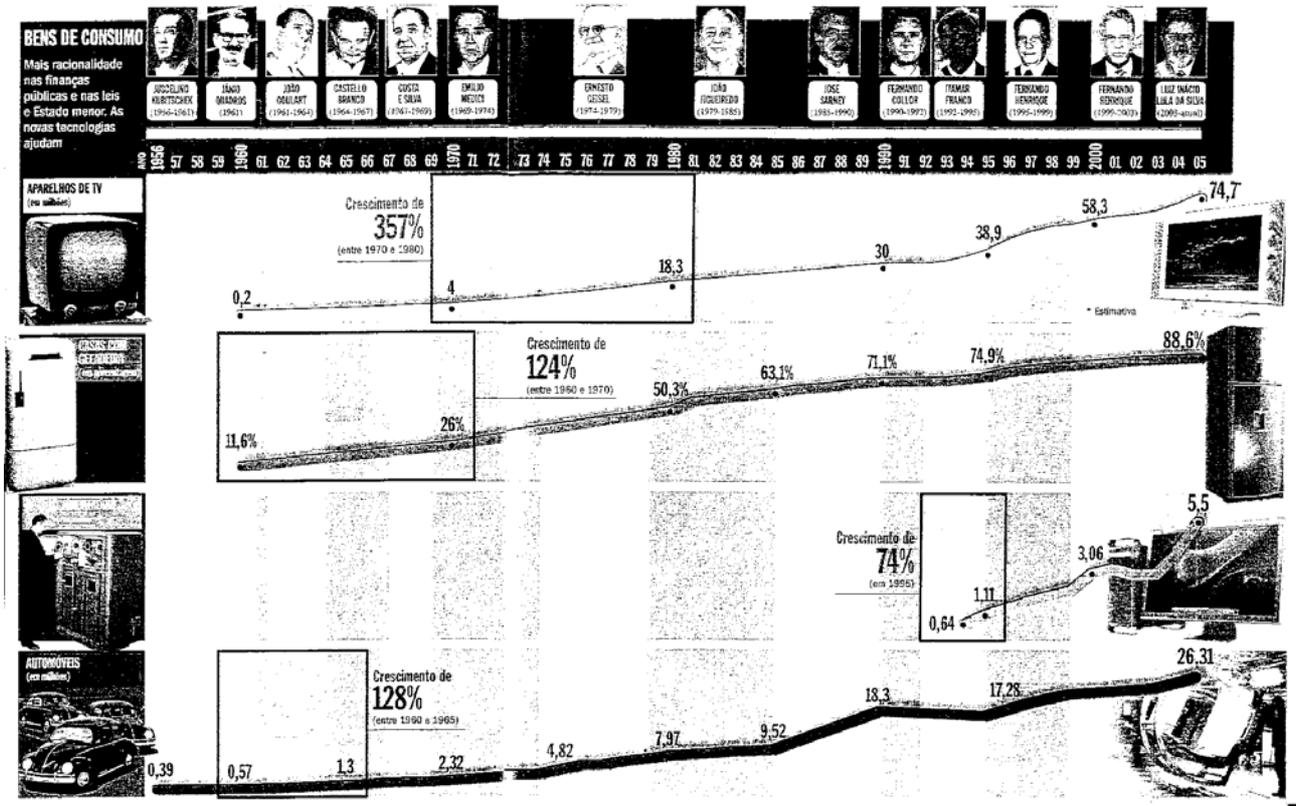


Figura 38- desenvolvimento Industrial brasileiro desde 1956 (Veja, 4/10/06)